

UM OLHAR SOBRE A SUSTENTABILIDADE NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS COM CURSOS DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEISⁱ

1 INTRODUÇÃO

A ganância humana está provocando danos irreversíveis como a destruição do ecossistema e de si mesmo (Alves, 2020). Isso é um alerta para uma mudança no comportamento humano para preservar o meio ambiente e os recursos naturais das gerações presentes e futuras, o que deixa sob os holofotes a discussão sobre a sustentabilidade.

No contexto de crescimento da temática da sustentabilidade, fica evidente a importância da Educação Ambiental. Nessa perspectiva, a educação deve promover valores e habilidades que conduzem à sustentabilidade. A aquisição de competências dentro do tema levará futuros profissionais a terem um maior compromisso com as necessidades do planeta (Femenías; Fabrega; Aznar, 2020). As Instituições de Ensino Superior (IES) por serem as maiores responsáveis pela produção e disseminação de conhecimento, devem propagar a temática do Desenvolvimento Sustentável e da sustentabilidade (Marques; Santos; Aragão, 2020).

Vários estudos na área de gestão e contabilidade têm abordado o tema da educação para a sustentabilidade. Destaca-se Rohrich e Takahashi (2019); Kanashiro *et al.* (2020); Singh e Segatto (2020); Zhang *et al.* (2020) e; Marques, Santos e Aragão (2020).

O objetivo da pesquisa é descrever como as IES federais que ofertam cursos de graduação presenciais em Ciências Contábeis do estado do Rio de Janeiro se estruturam para atender às demandas normativas da sociedade referente a sustentabilidade, a partir de seus documentos institucionais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A sustentabilidade é a forma de proteger o meio ambiente e os recursos naturais ao mesmo tempo que cria prosperidade e bem-estar para uma população em crescimento (Zhang *et al.*, 2020). Nesta perspectiva, Kanashiro *et al.* (2020) apontam que a sustentabilidade se preocupa com ações que promovam a utilização dos recursos naturais de forma que o meio ambiente seja minimamente impactado, em que são gerados nenhum ou poucos resíduos, bem como se preocupa em proteger e melhorar o bem-estar nas sociedades. A sustentabilidade também engloba as necessidades urgentes de reverter a catástrofe global para proteger todas as formas de vida nas gerações atuais e futuras.

A sustentabilidade é alcançada por meio do Desenvolvimento Sustentável. Este, por sua vez, pode ser definido como “aquele que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em atender às suas próprias necessidades”, conforme a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1991, p. 9) no relatório “Nosso Futuro Comum”.

A sustentabilidade é caracterizada através das esferas ambiental, econômica e social. As três esferas da sustentabilidade são conhecidas como o *Triple Bottom Line (TBL)*. Elkington (1998) cunhou o conceito do *TBL* e desde então este foi popularizado. Todas as ações devem ser economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente saudáveis (Sartori; Latrônico; Campos, 2014).

A ideia de sustentabilidade tem um marco importante nos anos 1950, quando se observou que os testes nucleares resultavam em chuvas radioativas, acarretando riscos ambientais em escala global, pois os impactos ambientais não se limitavam ao território onde eram feitos os testes (Cristófalo *et al.*, 2016).

Mais adiante, em 1970, houve uma reunião em Roma, conhecida como Clube de Roma, criada para enfrentar as múltiplas crises que a humanidade e o planeta vivenciam. O grupo

publicou um livro *best-seller*, em 1972, com o título *The Limits to Growth* (Limites do Crescimento), que alertou a finitude dos recursos naturais (*The Club of Rome*, 2021).

Por fim, vale destacar a apresentação dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), desenvolvidos pela ONU, em 2015, sendo elaboradas 169 metas para serem alcançadas até 2030, acarretando a Agenda 2030 (Corrêa *et al.*, 2020).

Alguns autores (Lowy, 2024; Marques, 2023) criticam a atuação dos governos e do mercado. Os primeiros por sua morosidade, pois são pródigos em gerar extensos documentos que são ricos em intenções e metas futuras, mas sem uma ação efetiva. Já o mercado apresenta soluções ineficazes que asseguram oportunidades de ganhos. Os autores apresentam um forte sentimento de urgência em que as ações para evitar o caos devem ser implementadas, na melhor das hipóteses, dentro das duas décadas vindouras.

Em relação à estrutura normativa que conduz a Educação para a Sustentabilidade, as diversas conferências e iniciativas ambientais propiciaram para que organizações oficiais, governos e órgãos internacionais reconhecessem o papel da Educação Ambiental. Assim, foram criados documentos para a educação nessa temática. Dentre eles, há o documento relativo à Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS) (UNESCO, 2005) e a Agenda de Educação Global 2030 (UNESCO, 2021).

Em especial, no Brasil, segundo Warken, Henn e Rosa (2014) existe a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), construída em 1999, que engloba as IES públicas. Também há leis e resoluções que guiam a Educação Ambiental, dentre elas a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental; a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e a Lei nº13.186, de 11 de novembro de 2015, que institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável.

No que diz respeito aos documentos específicos para cursos de gestão e contabilidade, tem-se os Princípios para Educação Executiva Responsável (PRME) (PRME, 2021). Também há as normas IFRS S1 e IFRS S2 divulgadas em 2023, que abordam sobre as divulgações relacionadas à sustentabilidade no âmbito dos mercados de capitais (IFRS, 2023a; IFRS, 2023b).

O tema sustentabilidade tem ganhado relevância nas escolas de negócios, contudo, segundo Figueiró e Raufflet (2015), as questões de sustentabilidade têm sido integradas na grade curricular dos cursos de graduação de negócios de forma opcional, não chegando a ser um componente curricular obrigatório. Essas questões são introduzidas de forma superficial, pontual, não sendo promovido um pensamento integrado e interdisciplinar sobre o tema (Figueiró; Raufflet, 2015).

Gomes, Jorge e Eugénio (2020) apontaram que no ensino contábil há uma prática materialista, voltada para o lucro. Esse tipo de ensino pode comprometer os valores éticos e enfraquecer as percepções dos alunos sobre as questões do Desenvolvimento Sustentável. Entretanto, a contabilidade sendo a base para a disseminação de informações financeiras corporativas, que apoiam a tomada da decisão, deve ser cada vez mais fundamentada em aspectos ambientais, sociais e econômicos.

3 METODOLOGIA

O estudo caracterizou-se como descritivo, com abordagem qualitativa e pesquisa documental. Primeiramente, para a formação da amostra, foi pesquisado, no *site* do MEC (MEC, 2021), as IES federais com cursos de graduação presenciais em Ciências Contábeis do estado do Rio de Janeiro.

Foram encontradas três IES federais – Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

(UFRRJ) – com seis cursos de graduação presenciais em Ciências Contábeis, divididos em um ou mais campi em cada universidade. Após selecionar as IES e respectivos cursos, foi pesquisado os planos de desenvolvimento institucionais, os planos político-pedagógicos, as matrizes curriculares, os programas das disciplinas e as ementas. Os dados assim obtidos foram organizados com apoio da ferramenta *Excel* e a análise de dados foi feita por meio de análise de conteúdo.

4 RESULTADOS

Em relação Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no que se refere ao perfil institucional, todas as IES possuem missão, visão, valores e princípios como sugeridos na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, na Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012 e na Lei nº13.186, de 11 de novembro de 2015.

Os perfis demonstrados pelas instituições, estão em conformidade com o que foi apontado pela UNESCO (2005), isto é, que as características de IES voltadas para a educação para a sustentabilidade são: visar a obtenção de valores, ser holística e interdisciplinar, incentivar pensamento crítico, estimular a participação nos processos de tomada de decisão e estar atenta as necessidades da comunidade local. Sobretudo, os valores devem ser pautados no respeito à pessoa e suas necessidades e o respeito ao meio ambiente.

No âmbito do Ensino, evidenciam políticas voltadas para a igualdade social, formação profissional humanizada, socialmente referenciada. No âmbito da Pesquisa, todas apontam para diretrizes baseadas em princípios éticos, sendo incentivados estudos de conhecimentos nas temáticas étnico-raciais, de gênero, de Pessoas com Deficiência entre outros temas. No âmbito da extensão, todas evidenciaram que as atividades de extensão devem ter relevância social, promovendo impacto e transformação social, propiciando desenvolvimento social, regional e nacional. As universidades impulsionam os projetos de extensão sempre de forma indissociável com ensino e à pesquisa, viabilizando uma sociedade mais justa e democrática.

Além disso, todas oferecem assistência estudantil, contribuindo para alimentação, moradia e transporte, propiciando ações de caráter psicossocial e de inclusão social, tentando reduzir a evasão e possibilitando o acesso, a permanência e a inclusão dos diversos grupos sociais.

Como já mencionado todas oferecem educação para o Desenvolvimento Sustentável, como sugerido nas conferências, eventos e legislações. E assim como no estudo de Marques, Santos e Aragão (2020) que notou, através do PDI, um esforço da Universidade Federal do Ceará para alinhar seus objetivos e metas às questões ligadas à sustentabilidade, nota-se nas IES analisadas no presente estudo.

Quanto ao Plano Político Pedagógico (PPP), nenhum mencionou a Lei nº13.186, de 11 de novembro de 2015, que institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável e nenhum PPP abordou os Princípios para Educação Executiva Responsável.

No que diz respeito ao objetivo do curso de Ciências Contábeis, todas as universidades objetivam, em síntese, formar profissionais éticos, capazes de contribuir para o Desenvolvimento Sustentável, que exerçam à cidadania, que tenham visão humanística e social, e responsabilidade social.

Quanto ao perfil do egresso, as universidades, em resumo, evidenciaram que o egresso deve ser capaz enfrentar as demandas empresariais e sociais, deve contribuir para geração de informações financeiras, econômicas e sociais, para qualidade de vida da sociedade e, principalmente, o egresso deve ter conduta ética.

Levando em conta tudo que foi abordado nos PPP de todas as universidades, as IES procuram alinhar-se com os PRME. Ademais, os cursos estão buscando promover uma conscientização sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Quanto às disciplinas relativas à temática da sustentabilidade, os cursos abordam variados temas como direitos humanos, meio ambiente, diversidade, ética, governança corporativa, raça, entre outros, em disciplinas específicas ou de forma interdisciplinar.

Foram encontradas 47 disciplinas relativas ao tema da sustentabilidade, contando todas as disciplinas ofertadas em cada campus. As disciplinas foram divididas em três blocos: 1- Disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade, 2- Disciplina com conteúdo relativo ao tema nas ementas e 3 - Disciplinas do grupo de extensão. No Bloco 1, a maioria é eletiva ou optativa, ou seja, 19 são eletivas ou optativas considerando o total de 27 do bloco. O Bloco 2 possui uma disciplina optativa no total de seis do bloco. No Bloco 3, todas são eletivas ou optativas, totalizando 14 disciplinas. No que se refere as disciplinas Ética e Contabilidade Ambiental que fazem parte do núcleo da sustentabilidade na área de Ciências Contábeis, os campi UFF Volta Redonda, UFF Macaé, UFRJ Cidade Universitária e UFRJ Praia Vermelha ofertam pelo menos uma dessas disciplinas de forma obrigatória. E nos campi UFF Niterói e UFRRJ as duas disciplinas são obrigatórias.

Entre os seis campi, quatro campi ofertam só uma das disciplinas Contabilidade Ambiental e Ética como sendo obrigatória. Isso mostra que as universidades federais com cursos de graduação presenciais em Ciências Contábeis do Rio de Janeiro necessitam ter maior aderência ao tema da educação para a sustentabilidade, dado que já existe um arcabouço normativo referente a sustentabilidade que direciona as instituições nesse sentido. Além disso, novas normas referentes a sustentabilidade na contabilidade estão sendo instituídas, como a IFRS S1 e S2, o que aponta para estruturas curriculares mais rígidas quanto a educação ambiental nessa área.

Esses resultados corroboram parcialmente com o estudo de Figueiró e Raufflet (2015) que apontou que as questões de sustentabilidade têm sido integradas na grade curricular dos cursos de graduação de negócios de forma opcional, não chegando a ser um componente curricular obrigatório. Essas questões são introduzidas de forma superficial, pontual, não sendo promovido um pensamento integrado e interdisciplinar sobre o tema.

Foram observados conceitos ligados à sustentabilidade em disciplinas de natureza mais genérica, demonstrando que as universidades buscam a interdisciplinaridade na educação para a sustentabilidade, o oposto do resultado do estudo de Singh e Segatto (2020), que afirma não haver tal esforço e que as disciplinas ainda são muito técnicas.

De forma geral, o resultado corrobora com o que aponta Gomes, Jorge e Eugênio (2020), pois revela que o curso de Ciências Contábeis deve caminhar para uma maior fundamentação nos aspectos ambientais e sociais.

Por fim, verifica-se que as IES em maior ou menor grau observam o que está declarado em suas missões, pois são implementados projetos, práticas e cursos voltados para a educação para sustentabilidade, mas há espaço para melhorias, como apontado no resultado do estudo de Zhang *et al.* (2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as IES federais com cursos de graduação presenciais em Ciências Contábeis do Rio de Janeiro possuem aderência às normas da sociedade referente à sustentabilidade, mas ainda há um longo caminho a percorrer. Apesar das universidades como um todo, buscarem promover ações e práticas sustentáveis, a maioria dos cursos de Ciências Contábeis ofertam as disciplinas principais da educação para sustentabilidade de forma optativa, o que gera pouco impacto ambiental na sociedade.

Observou-se descompasso entre os planejamentos das instituições e as grades curriculares dos cursos investigados. Pode ser que as IES investigadas considerem mais

adequado tratar da educação para sustentabilidade por meio de iniciativas distintas da oferta de disciplinas.

A contribuição desta pesquisa, em primeiro lugar, é o aumento das discussões sobre a sustentabilidade, evidenciando que as faculdades de Ciências Contábeis precisam se atentar a essa temática com mais empenho, dado que as diversas catástrofes ambientais têm mostrado a urgência de atender a essa pauta. O estudo pode, então, influenciar outras instituições de ensino, básico ou superior, públicas ou privadas, a promover a sustentabilidade no ensino, pesquisa, extensão e em todas as práticas institucionais de forma a atender ao arcabouço normativo. No geral, a pesquisa ajuda na construção do conhecimento e conscientização sobre sustentabilidade na contabilidade não somente da comunidade acadêmica, mas principalmente dos profissionais contábeis e da sociedade de forma geral.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D. **Antropoceno: a Era do colapso ambiental**. Centro de estudos estratégicos da Fiocruz, Rio de Janeiro, 2020.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – CMMAD. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CORRÊA, M. *et al.* An analysis of the insertion of sustainability elements in undergraduate design courses offered by Brazilian higher education institutions: An exploratory study. **Journal of Cleaner Production**, [S. l.], v. 272, 122733, 2020.

CRISTÓFALO, R. G. *et al.* Sustentabilidade e o mercado financeiro: Estudo do desempenho de empresas que compõem o índice de sustentabilidade empresarial (ISE). **Revista de Gestão**, [S. l.], v. 23, n. 4, p. 286-297, 2016.

ELKINGTON, J. *Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business*. **Stony Creek, CT**: New Society Publishers, 1998.

FEMENÍAS, L. B.; FABREGA, M. B.; AZNAR, J. P. Teaching digital natives to acquire competences for sustainable development. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], v. 21, n. 6, p. 1053-1069, 2020.

FIGUEIRÓ, P. S.; RAUFFLET, E. Sustainability in Higher Education: A systematic review with focus on management education. **Journal of Cleaner Production**, [S. l.], v. 106, p. 22-33, 2015.

GOMES, S. F.; JORGE, S.; EUGÉNIO, T. P. Teaching sustainable development in business sciences degrees: evidence from Portugal. **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**, [S. l.], v. 12, n.3, p. 611-634, 2020.

IFRS. IFRS S1 General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information. **IFRS, 2023a**.

IFRS. IFRS S2 Climate-related Disclosures. **IFRS, 2023b**.

KANASHIRO, P. *et al.* Sustainability in management education: a Biggs' 3P model application. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], v. 21, n. 4, p. 671-684, 2020.

LOWY, M. Teses sobre a catástrofe (ecológica) iminente e as formas (revolucionárias) de evitá-la. *Margem Esquerda*, n. 42, p. 35-40, 1º semestre 2024.

MARQUES, J. F. S.; SANTOS, Â. V.; ARAGÃO, J. M. C. Planejamento e sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior à luz dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 14-29, 2020.

MARQUES, L. **O decênio decisivo: Propostas para uma política de sobrevivência**. São Paulo: Elefante, 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC**, 2021. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em 03 dez. 2021.

PRME. **Principles for Responsible Management Education**, 2021. Disponível em: <<http://prmebrazil.com.br>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

ROHRICH, S. S.; TAKAHASHI, A. R. W. Sustentabilidade ambiental em Instituições de Ensino Superior, um estudo bibliométrico sobre as publicações nacionais. **Gestão e Produção**, São Carlos, v. 26, n. 2, 2019.

SARTORI, S.; LATRÔNICO, F; CAMPOS, L. M. S. Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável: Uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v.17, n. 1, p. 1-22, jan./mar. 2014.

SINGH, A. S.; SEGATTO, A. P. Challenges for education for sustainability in business courses: A multicase study in Brazilian higher education institutions. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 264-280, 2020.

THE CLUB OF ROME. **About the club of Rome**, 2021. Disponível em: <<https://www.clubofrome.org/about-us/>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

UNESCO. **Década da educação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2005 -2014**: documento final do esquema internacional de implementação. Brasília: UNESCO, 2005.120p.

UNESCO. **Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4: Assegurar a educação inclusiva e equitativa de aprendizagem ao longo da vida**, 2021.

WARKEN, I. L. M.; HENN, V. J.; ROSA, F. S. da. Gestão da sustentabilidade um estudo sobre o nível de sustentabilidade socioambiental de uma instituição federal de ensino superior. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, Salvador, v. 4, n. 3, p. 147-166, 2014.

ZHANG *et al.* Education for sustainable development in Pakistani higher education institutions: an exploratory study of students' and teachers' perceptions. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], v. 21, n. 6, p. 1249-1267, 2020.

ⁱ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.